

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA INGRESSO EM CORPORAÇÕES MILITARES: ANÁLISE E DESAFIOS DA REALIDADE DE MINAS GERAIS. Ana Cristina Ávila Batista (Mestranda em Psicologia pela Universidade São Francisco – SP e Capitão Psicóloga da Polícia Militar de Minas Gerais)

E-mail: anacristina@avilabatista.psc.br

O exame psicológico para ingresso na Polícia Militar se constitui uma fase do concurso público para ingresso na Corporação, é amparado por lei e definido por meio de resolução interna. Ao longo dos anos foram inúmeras as transformações ocorridas na forma de se conduzir tal exame tanto no que se refere aos aspectos técnicos, aqui significando testes utilizados, forma de aplicação e análise desses instrumentos, quanto no que diz respeito à repercussão desse para os candidatos e de uma maneira mais ampla na sociedade. A realidade que hoje se apresenta nesse contexto requer uma análise cuidadosa, já que vários fatores interferem diretamente na qualidade desse processo. Como pontos a serem abordados, merecem destaque a proliferação de sítios eletrônicos que hospedam apostilas que ensinam como devem ser respondidos os testes, o número crescente de psicólogos que treinam candidatos para realizarem os testes, psicólogos pouco preparados para realizarem avaliações psicológicas de modo adequado por desconhecerem teorias que embasam os testes, tornando-se meros aplicadores e “leitores de resultados”, entre outros. Além desses fatores, observa-se uma desatenção e desconhecimento por parte do sistema judiciário quanto as consequências de se autorizar a entrada nas corporações de pessoas que apresentam traços de personalidade incompatíveis com a carreira de policial militar. Um ponto importante a ser considerado também é a necessidade de se criar e manter atualizado o rol de competências requeridas para o exercício dessa profissão que, respeitando-se as diferenças regionais de um país de extensão continental como o Brasil, possui características semelhantes na atividade desenvolvida. Há que se acrescentar ainda, a necessidade de criação de instrumentos psicológicos que, após aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, sejam de uso exclusivo das Polícias, com o objetivo de minimizar a divulgação ampla e irrestrita como tem ocorrido atualmente. Pretende-se levantar qual pode ser a contribuição do profissional psicólogo diante desse contexto, bem como pretende-se analisar tais questões levantadas acima, com o intuito de reflexão e contribuição para o fortalecimento da área de avaliação psicológica no cenário brasileiro.